

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008370-26.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Priscila Pereira Lima**
Requerido: **PERNAMBUCANAS FINANCIADROA S/A CRED. FINANC. INVES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ser titular de cartão de crédito emitido pela ré, tendo esta inserido nas faturas emitidas para cobrança o valor referente a "seguros", que jamais contratou.

Salientou que junto a ré efetuou ao cancelamento das cobranças, mas não teve êxito em reaver os montantes que já pagou.

Almeja ao ressarcimento desses valores.

Já a ré sustentou em contestação que não houve falha na prestação dos serviços a seu cargo, consignando que a autora tinha plena ciência da contratação dos seguros que lhes foram posteriormente cobrados.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, a autora como visto expressamente refutou ter efetuado a contratação dos seguros especificados a fl. 01 os quais foram inseridos pela ré na fatura do seu cartão de crédito e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que isso tivesse sucedido validamente.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a apresentar a fl. 25/34 os documentos de qualificação da autora, bem como o termo de adesão ao cartão de crédito, mas efetivamente os contratos de seguro deixaram de ser exibidos.

A conjugação desses elementos denota que a ré não demonstrou minimamente que tinha suporte para lançar as cobranças em apreço à autora, de sorte que a restituição da quantia pleiteada é de rigor.

Em consequência, a autora fará jus à devolução do montante que despendeu a esse título, precisamente pela inexistência de respaldo para tanto, mas ela não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 137,00, a partir dos desembolsos das importâncias que a compuseram, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**